



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 9º PERÍODO – SUBSTITUTIVA

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D



Disciplina: Direito Civil – Da Família Professora: Esp. Juliana Maria Souza Murcia Soler

Questão 01

Na comunhão os bens adquiridos na constância da sociedade conjugal, sob o regime da comunhão parcial, comunicam-se os bens abaixo relacionados, exceto:

- a) os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar.
- b) os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.
- c) os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges.
- d) Por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.

Questão 02

Com relação aos impedimentos para o casamento, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em relação aos efeitos, a existência de impedimentos matrimoniais impossibilita que o casamento seja celebrado. A oposição dos impedimentos pode ocorrer até o momento da celebração e por qualquer pessoa capaz.
- b) O rol das pessoas que não podem casar é taxativo, tratando-se de matéria de ordem pública.
- c) Caso o oficial do registro tenha conhecimento da existência de algum impedimento, deve reconhecê-lo de ofício. A consequência do casamento eventualmente realizado com algum impedimento é a nulidade absoluta.
- d) O casamento celebrado mediante a infringência de impedimento, somente poderá ser anulado, se a ação for promovida no prazo decadencial de 180 dias, decorrido esse prazo o casamento estará convalidado.

Questão 03

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As causas suspensivas, previstas no artigo 1.523/CC, bem demonstra que o que se objetiva é evitar a confusão patrimonial dos(as) viúvos(as) que ainda não fizeram o inventário dos bens do casal, bem como dos divorciados(as) que ainda não resolveram a partilha do casamento anterior, e, ainda, evitar a confusão de sangue na hipótese de viuvez ou desfazimento anterior da sociedade conjugal. Busca, ainda, evitar que o(a) tutor(a) se case com a(o) tutelado(a) e adote um regime de bens que possa comprometer as contas relativas ao período de tutela.
- b) somente poderá ser feita a arguição de causa suspensiva até o momento da celebração do casamento, por parentes em linha reta de um dos cônjuges e pelos colaterais até o 4º grau (sobrinhos-primos).
- c) O casamento celebrado com causa suspensiva, tem, por imposição, o regime da comunhão universal de bens.
- d) As causas suspensivas podem ser conhecidas de ofício e a sua infringência implicam na declaração da nulidade do casamento.

Questão 04

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) se os nubentes encontravam-se, impedidos para o casamento, mas desconheciam essa situação e a celebração efetivamente ocorre, o casamento, não obstante nulo, será considerado putativo e produzirá efeitos para aqueles que estavam de boa-fé quando da celebração.
- b) Estabelece a legislação que, se um dos nubentes estiver acometido por uma moléstia grave, o presidente do ato, oficial de registro, vai celebrar o casamento onde estiver a pessoa, podendo, inclusive, ser celebrado à noite, se houver urgência, é o chamado casamento em caso de moléstia grave.
- c) quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade a quem incumbiria presidir o ato, este casamento poderá ser celebrado na presença de 6 testemunhas que não tenham parentesco em linha reta ou colateral com os nubentes, é o chamado casamento putativo.
- d) O casamento pode ser celebrado por procuração, sendo esta por instrumento público, com poderes especiais. A eficácia desse mandato não pode ultrapassar 90 dias. Inclusive, os dois nubentes podem se fazer representar por procuradores na cerimônia de casamento.

Questão 05

No tocante aos princípios aplicáveis ao Direito de Família, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No âmbito do direito de família, a solidariedade é compreendida com a ideia de que todos os membros de uma entidade familiar, considerados individualmente, respondem por todos os demais e por cada um, de forma recíproca. O princípio da solidariedade familiar não se limita ao aspecto material, devendo ser concebido num sentido amplo, tendo um caráter afetivo, social, moral, patrimonial e espiritual.
- b) Em razão do princípio da igualdade entre filhos, não pode haver qualquer diferenciação no tratamento dos filhos em razão da origem da concepção ou mesmo por outras causas.
- c) O art. 226, § 5º, da Constituição Federal, ao demonstrar a preocupação quanto à igualdade entre os cônjuges e companheiros de uma entidade familiar, estabelece a isonomia substancial entre eles, de modo que, por exemplo, havendo divergência na condução da família, nenhuma das vontades prevalecerá sobre a outra, devendo a questão ser resolvida pelo poder judiciário.
- d) O princípio da função social da família é, um reflexo do movimento de mudança do paradigma liberal-individualista, apoiado fortemente na teoria positivista, para o paradigma social personalista, representado por teorias pós-positivistas, que colocam o patrimônio e não a pessoa humana no centro das atenções.

Disciplina: Direito Processual Civil V Professora: Ma. Roberta Favalessa Donini
--

Questão 06

Analise as assertivas abaixo:

I - A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência

II - A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.

III - A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental

Está correto:

- a) I e III.
b) I e II.
c) II e III.
d) I, II e III.

Questão 07

São características as tutelas provisórias

- a) a revogabilidade e a antecipação dos efeitos.
- b) a revogabilidade e a provisoriedade.
- c) a irrevogabilidade e a provisoriedade.
- d) a irrevogabilidade e a cognição sumária.

Questão 08

Por disposição expressa do Código de Processo Civil, toda tutela provisória "pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada, não incidindo a autoridade da coisa julgada sobre decisões dessa ordem".

Sendo assim, está correto afirmar que:

- a) jamais ocorrerá a coisa julgada em relação a concessão de tutela provisória.
- b) sendo deferida a tutela provisória e o réu não se manifestar, poderá ocorrer a coisa julgada.
- c) somente incidirá a autoridade da coisa julgada sobre uma decisão concessiva de tutela provisória, na hipótese de denegação fundada em prescrição ou decadência do próprio direito substancial do autor.
- d) todas as alternativas estão corretas

Questão 09

São requisitos das tutelas de urgência:

- 1. Requerimento da parte
- 2. Elementos que comprovem o direito
- 3. O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora)
- 4. A não reversibilidade dos efeitos da tutela de urgência antecipada.

- a) 1 e 2
- b) 2 e 3
- c) 4 e 1
- d) 1 e 3.

Questão 10

A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

Está correto

- a) Somente I.
- b) Somente I e II.
- c) I, II e III.
- d) Somente III.

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho Professor: Me. Christiano Francisco da Silva Vitagliano

Questão 11

São considerados princípios específicos de Direito Coletivo do Trabalho, exceto:

- A) Princípio da liberdade de associação.
- B) Princípio da autonomia sindical.
- C) Princípio do desnível dos contratantes.
- D) Princípio da interveniência sindical na negociação coletiva.

Questão 12

Assinale a alternativa incorreta

- a) *Liberdade de fundação de sindicato*. Implica em liberdade de criar e desenvolver o sindicato e participar de suas atividades. O proselitismo lhe é inerente.
- b) *Liberdade de aderir a sindicato*, o que importa na vedação de medidas discriminatórias e vedação de práticas anti-sindicais.
- c) Na esfera da autonomia do sindicato inserem-se sua liberdade de funcionamento e sua liberdade de ação
- d) A presença dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas são indispensáveis para todas as negociações coletivas

Questão 13

Pode ser objeto de negociação coletiva, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;
- b) número de dias de férias devidas ao empregado
- c) enquadramento do grau de insalubridade.
- d) troca do dia de feriado

Questão 14

Pode ser objeto de negociação coletiva, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual;
- b) modalidade de registro de jornada de trabalho
- c) troca do dia de feriado
- d) número de dias de férias devidas ao empregado, de forma a diminuir o previsto na norma estatal heterônoma.

Questão 15

Pode ser objeto de negociação coletiva, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) repouso semanal remunerado
- b) pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;
- c) banco de horas anual
- d) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas

Disciplina: Direito Processual Penal III

Professor: Me. André de Paula Viana

Questão 16

Em razão de não ser localizado para a citação pessoal, o réu foi citado por edital e constituiu advogado nos autos, fazendo o processo transcorrer normalmente. Um mês após ser constituído, o advogado renunciou ao mandado outorgado; o juiz intimou novamente o réu por edital para que comparecesse em juízo e constituísse novo advogado. O acusado permaneceu silente. Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, o juiz deverá:

- a) declarar o réu revel e dar continuidade ao processo, nomeando defensor público ou dativo;
- b) intimar o acusado por hora certa;
- c) suspender o processo e a prescrição penal com efeito retroativo à citação editalícia;
- d) suspender o processo e manter o trâmite regular da prescrição;

Questão 17

Com referência a citação e intimação no processo penal, assinale a opção correta.

- a) a citação do réu preso poderá ser cumprida na pessoa do procurador por ele constituído na fase policial;
- b) as intimações dos defensores públicos nomeados pelo juízo devem ser realizadas mediante publicação nos órgãos incumbidos da publicidade dos atos judiciais da comarca, e não os havendo, pelo escrivão, por mandado ou via postal;
- c) os prazos para a prática de atos processuais contam-se da data da intimação e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem;
- d) em função dos princípios da simplicidade, informalidade e economia processual, é admissível a citação por edital e por hora certa nos procedimentos sumaríssimos perante juizado especial criminal;

Questão 18

Quando o réu estiver fora do território da jurisdição processante,

- a) será citado mediante carta precatória;
- b) será citado por hora certa;
- c) será julgado à revelia;
- d) deverá ser dispensado de comparecer nas audiências, devendo ser interrogado por videoconferência;

Questão 19

Segundo o Código de Processo Penal, a citação do réu preso será feita:

- a) por hora certa;
- b) por edital, independentemente de onde o réu se encontrar preso;
- c) mediante requisição à autoridade prisional, dispensando-se o mandado;
- d) pessoalmente.

Disciplina: Diversidade Étnico-racial, Gênero e Direitos Humanos

Prof.: Luci Aparecida Souza Borges de Faria

Questão 20

O racismo institucional é uma forma específica de engendramento das relações raciais na sociedade brasileira. **Assinale a alternativa que explica do que se trata essa forma de racismo:**

- a) tratamento diferenciado entre raças para melhor atender a todas, evitando desentendimentos e vantagens de uma raça sobre outra.
- b) tratamento diferenciado entre raças na esfera familiar, comunitária e religiosa, normalmente velado e não expressivo.
- c) tratamento diferenciado entre raças no interior de organizações, empresas, grupos, associações e instituições congêneres.
- d) tratamento especializado, destinado às demandas específicas de cada raça humana.

Questão 21

Os conceitos de gênero, raça e etnia, ao serem trabalhados na sala de aula em uma perspectiva da valorização da(s) identidade(s) dos múltiplos sujeitos que convivem no mesmo espaço da escola, devem ter um posicionamento político, a fim de desconstruir os estereótipos e os estigmas que foram atribuídos historicamente a alguns grupos sociais. Fonte: Internet: (com adaptações).

Acerca desse tema, assinale a **alternativa incorreta**.

- a) Mobilizar uma ação a favor dos padrões e dos processos de exclusão instituídos é um grande passo para a implantação de uma diversidade cultural, pois as diferenças são socialmente construídas e estão envolvidas com as relações de poder.
- b) A diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher. O sexo é atribuído ao biológico enquanto o gênero é uma construção social e histórica. A noção de gênero aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino.
- c) Os termos “etnia” e “raça” são sinônimos pelo fato de demarcarem que um indivíduo poder ter a mesma cor de pele que o outro, o mesmo tipo de cabelo e, ao mesmo tempo, traços culturais e sociais que os distinguem, caracterizando, assim, etnias e raças diferentes.